

Nova greve nos dias 29/2 e 1º/3: Hora da decisão no TRT-2

Tribunal continua sem solução para corte do auxílio-saúde, mas quase um mês após o início das paralisações, presidente afirmou que vai encaminhar pedido de mais verbas ao CSJT - solução que assegurou a redução do impacto do reajuste dos planos no TRF-3, após mobilização da categoria.

A participação de toda a categoria na greve dos dias 29 de fevereiro e 1º de março é decisiva para fazer avançar de fato as possibilidades de negociação com a gestão Beatriz Pereira. Em audiência convocada pela presidente do TRT-2 na última sexta-feira (23 de fevereiro), a desembargadora fez questão de iniciar a conversa afirmando que não seria possível atender às reivindicações da categoria, mas terminou a discussão dizendo que ainda vai solicitar suplementação orçamentária ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) no início desta semana.

A direção do Sintrajud ressaltou que é possível solucionar o impasse e que não pode seguir valendo o critério de que só é possível fazer remanejamentos orçamentários quan-

do é para os juízes. A retomada do custeio de 84% do valor plano básico (valores praticados entre setembro e dezembro de 2023) e da isonomia na distribuição dos valores da rubrica Assistência Médica e Odontológica entre magistrados e servidores é viável.

Em 2023, quando da mobilização dos servidores e servidoras no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o remanejamento orçamentário e pedido de mais dotação permitiram minorar os impactos do reajuste do plano de saúde. O TRF-3, por demanda do Sintrajud, analisou as possibilidades de remanejamento do orçamento próprio e o Conselho da Justiça Federal aprovou a mudança de valores entre as rubricas do Tribunal e uma suplementação para viabilizar a devolução de valores descontados da categoria.

Dois pesos, duas medidas, o mesmo dinheiro

À época da quebra da isonomia na distribuição da rubrica orçamentária para a saúde, que garantiu também aos juízes a irredutibilidade do auxílio para os magistrados, a presidente do Tribunal foi enfática sobre essa viabilidade. “O remanejamento orçamentário é possível, lícito e depende de autorização do CSJT, uma autorização que é feita de forma automatizada na plataforma do tal SIOP, que é o Sistema Integrado de Planejamen-

to e Orçamento. As regras estão claramente estabelecidas no Ato Conjunto TST/CSJT GP 16, de março de 22”, afirmou a desembargadora Beatriz ao abrir divergência com o voto a relatora do recurso da associação dos magistrados, que considerava inviável o pleito dos pares de instituir um piso atrelado aos vencimentos dos juízes.

A posição da presidente venceu no Órgão Especial, mas quando o Sintrajud pediu a extensão

aos servidores o Proad do Sindicato foi retirado da pauta em junho de 2023 pela magistrada. O argumento à época foi de que o CSJT havia recomendado não aprovar medidas que gerassem impactos no orçamento. Mas estas já tinham sido aprovadas para a magistratura e foram mantidas, enquanto para os servidores sobrou a redução do auxílio-saúde.

É hora de reverter a injustiça criada pelo TRT-2. Vamos à luta!

Saúde de servidor não vale menos que a de juiz!

Só a luta conquista

Em janeiro deste ano, a redução do auxílio foi imposta sem aviso prévio. Depois, a presidente disse que não havia o que fazer, e só após a terceira paralisação dispôs-se ao avanço insuficiente de custear 70% do valor do plano básico pelo Tribunal.

Na audiência da última sexta, a desembargadora pontuou também considerar “descabido” que a categoria cobre o direito à isonomia durante o ato do próximo dia 28, em defesa das competências da Justiça do Trabalho. Mas a compreensão da categoria é de que o ataque à saúde dos servidores é também um ataque ao Judiciário Trabalhista em sua essência.

A mobilização é que vai trazer conquistas.

Por isso, neste dia 29 e 1º, todos/as à greve. E quem não puder estar presente à assembleia e ao ato do dia 1º às 13h, no Fórum Ruy Barbosa, acesse a sala virtual no QR Code abaixo. O ato acontecerá durante a abertura do Ano Letivo da Ejud-2, com a presença da ministra do Tribunal Superior do Trabalho Kátia Magalhães Arruda.



Escaneie o código e acesse a sala virtual

Todos aos atos da JT

Nesta quarta-feira (28 de fevereiro), ao meio-dia em frente ao Fórum Trabalhista de Santos (Rua Amador Bueno, 330, Centro - Santos) e às 13 horas em frente ao Fórum Ruy Barbosa (Avenida Marquês de São Vicente, 235, Barra Funda - capital), o Sintrajud convoca a categoria para a Mobilização em Defesa da Competência da Justiça do Trabalho.

O Sindicato está construindo o ato junto com entidades da advocacia e da magistratura contra o desmonte da estrutura de regulação das relações trabalhistas no país. O enfraquecimento desse ramo do judiciário está diretamente relacionado à ideia de extinguir a Justiça Trabalhista, cujo objetivo é o fim do Direito do

Mobilização nacional em defesa da competência da Justiça do Trabalho

28fev 13h

Fórum Trabalhista Ruy Barbosa

Av. Marquês de São Vicente, 235, Barra Funda



Escaneie o código e acesse a ficha de sidicalização

Trabalho e das conquistas dos trabalhadores nas relações laborais. Recentemente, o STF delegou à justiça comum julgar processos de servidores celetistas contra o poder público contratante, e essa decisão é vista como mais um ataque ao Judiciário Trabalhista. Participe dos atos!